



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei Complementar n.º 15/2022

Autor: Poder Executivo Municipal

Dispõe sobre a alteração do art. 98, caput da Lei complementar Municipal nº 356/1993 que permite o uso pelos estabelecimentos comerciais, com autorização da prefeitura, quanto a ocupação de parte da Calçada correspondente à testada do edifício, desde que fique livre para o trânsito público uma faixa do passeio de largura mínima de 2 (dois) metros, no Município de Juína - MT, e dá outras providências.

Relatório

O presidente da Comissão de Relatoria, Legislação, Justiça e Redação Final Senhor Gleynei Ferreira Griz, em cumprimento ao Regimento Interno desta Casa; Artigo 45, inciso IV, designou a mim, Vereador Ildamir Teixeira de Faria, **Relator** do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 15/2022 que tramita nesta Casa de Autoria do Poder Executivo Municipal.

PARECER DO RELATOR:


O projeto de LEI COMPLEMENTAR nº 15/2022 do Poder Executivo Municipal em apreciação nesta comissão tem por finalidade de Nova redação a alteração do art. 98, caput da Lei complementar Municipal nº 356/1993 que permite o uso pelos estabelecimentos comerciais, com autorização da prefeitura, quanto a ocupação de parte da Calçada correspondente à testada do edifício, desde que fique livre para o trânsito público uma faixa do passeio de largura mínima de 2 (dois) metros, no Município de Juína - MT, e dá outras providências.

DA ANÁLISE JURÍDICA:

O projeto proposto altera o art. 98, caput da Lei complementar Municipal nº 356/1993, a matéria em **REGIME ORDINÁRIO** submetido à análise a relatoria, com respaldo do parecer técnico jurídico conclui que a matéria inexistindo óbice para sua regular tramitação

esta apta à tramitação e aprovação em plenária.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2022.


ILDAMIR TEIXEIRA DE FARIAS
Relator



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA


PARECER n.º 57/2022 ao Projeto de Lei Complementar n.º 15/2022

A Comissão, em reunião, acompanha o voto do relator da matéria opinando unicamente pela constitucionalidade, e, no mérito, pela aprovação da tramitação do proposto, apresentando **PARECER FAVORAVEL**, ficando assim, melhor decisão do Douto Plenário da Casa.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2022.


GLEYNEI FERREIRA GRIZ
Presidente


AILTON BARBOSA DE OLIVEIRA
membro